

Resenhas

As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes do seu Triunfo

Albert O. Hirschman

Rio de Janeiro: Editora Record, 2002

Quatro anos após o lançamento, pela Princeton University Press, da edição comemorativa de seu vigésimo aniversário, *Paixões e Interesses*, o livro do professor Albert Hirschman volta às livrarias brasileiras, pela Editora Record. A nova edição apresenta uma nova tradução, um novo prefácio do autor, e um outro prefácio, também inédito, de autoria de Amartya Sen.¹

O autor dispensa apresentações. Seu nome e suas idéias freqüentaram com alguma regularidade os discursos do presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem foi colega. Fernando Henrique Cardoso, aliás, prefaciou a edição brasileira de um de seus livros mais recentes, *Auto-Subversão* (1996). Mas, para quem não o conhece, a Editora UNESP publicou, em 2000, o livro *A Moral Secreta do Economista*, contendo uma entrevista com o autor, cujo tema principal, mais do que a moral de seus colegas de profissão, é a sua vida. A atribulada vida de Albert Hirschman fascina mesmo os mais céticos críticos de suas idéias. Hirschman nasceu na Alemanha, em 1915, em uma família judia; estudou em Berlim (1932-1933), na Sorbonne (1933-1935), na London School of Economics (1935-1936) e em Trieste, onde obteve seu doutorado em economia (1938). Durante a Guerra, vestiu a farda dos exércitos da França e dos Estados Unidos contra os alemães. Após, radicou-se nos Estados Unidos, tendo trabalhado em Ber-

keley, Yale, Columbia, Harvard e Princeton, onde atualmente é pesquisador do Instituto de Estudos Avançados.

Suas obras mais conhecidas são *The Strategy of Economic Development* (1958) e *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organization and States* (1970). O assunto dominante em ambos é o desenvolvimento econômico, e a originalidade de sua abordagem certamente se beneficiou de sua experiência como conselheiro para assuntos econômicos do Governo da Colômbia, posição que ocupou entre 1952 e 1956,² e que o aproximou dos problemas da América Latina.

Entretanto, quem estiver procurando análises críticas de teorias e políticas de desenvolvimento econômico em *As Paixões e os Interesses* não as encontrará. Segundo o autor, em seu novo prefácio, *As Paixões e os Interesses* não foi escrito (ao contrário do que lhe é habitual) “para mostrar que alguém estava — ou estivera — errado” ou “em oposição a alguém ou a qualquer tradição intelectual em particular”. Nos livros mais conhecidos de Hirschman, o objeto de crítica de sua caneta ora são as teorias tradicionais de desenvolvimento, como em *The Strategy of Development*, ora os seus próprios conceitos, como em *Auto-Subversão*. Em *Paixões e Interesses*, por sua vez, Hirschman ofe-

¹ Amartya Sen ainda não era o Prêmio Nobel de 1998, mas já era casado, desde 1973, com Eva Corloni, sobrinha de Albert Hirschman.

² Um extenso *curriculum vitae*, atualizado até 1995, está disponível na internet. Veja no endereço eletrônico www.sss.ias.edu/pdf_documents/aohcvc.pdf.

rece um ensaio sobre a história das idéias, uma reflexão a partir da reconstrução de esquecidos debates localizados na Europa dos séculos XVII e XVIII, ainda nos primórdios da ascensão da economia industrial.

Vinte e cinco anos após a primeira edição, o argumento principal resgatado por Hirschman já deve ser mais conhecido. O livro está dividido em três partes. Na primeira, cujo sugestivo título é “Como os interesses foram invocados para neutralizar as paixões humanas”, o autor recorre a Bacon, Vico e Spinoza, entre outros, para lembrar que o *interesse* crescente dos indivíduos em acumular riqueza — a *paixão* pelo dinheiro — representa, nos primeiros anos do desenvolvimento do capitalismo moderno, uma desejável e bem-vinda restrição aos efeitos potencialmente mais destrutivos das demais *paixões* humanas, cuja manifestação era cada vez menos passível de repressão pela Igreja e pelos valores morais prevaletentes na Europa da Idade Média.

Na segunda parte, “Como a expansão econômica deveria melhorar a ordem política”, o autor recupera Montesquieu, Sir James Steuart, Adam Smith e outros, para discutir as implicações políticas da expansão da economia mercantil. Montesquieu e Steuart, por exemplo, defendem que a expansão da indústria e do comércio implicaria desejáveis limites ao exercício de poder do Príncipe, ao mesmo tempo em que o comércio entre nações (*le doux commerce* — ou “o comércio suave”) geraria uma rede de interdependência que restringiria impulsos bélicos dos governantes.

Smith, por sua vez, está mais preocupado com as implicações *econômicas* da busca desimpedida de interesse próprio individual do que com os efeitos *políticos* dessa busca. Mesmo assim, o autor de *A Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações* ora parece fazer coro a Adam Ferguson,³ que enfatizava o perigo de corrupção por meio da luxúria e da abundância, ora parece concordar com o argumento de que a ascensão do comércio e da indústria levaria a um governo mais ordenado. Mas sua justificava é oposta à de Montesquieu e Steuart: para Smith, entre outras considerações, não é o *interesse* que irá restringir o abuso de autoridade do príncipe, mas, ao contrário, “é a gratificação das mais infantis, mesquinhas e sórdidas das vaidades” — isto é, as *demais paixões*, cujo usufruto será obtido com o enriquecimento

³ Filósofo iluminista escocês, 1723-1815, autor de *Essay on the History of Civil Society* (1767).

— que irá “comprometer todo o poder e a autoridade” de quem os detém, ou seja, no caso de Smith, os senhores feudais.

Considerando que o debate recuperado por Hirschman envolve não apenas economistas, mas também filósofos morais, filósofos políticos e sociólogos, seria algo temerário, de minha parte, discutir criticamente o conjunto das idéias expostas nos primeiros dois capítulos. Quem estiver interessado poderá encontrar em *Contemporary Sociology*, vol. 7, nº 4 (jul. 1978), pp. 395-402, um conjunto de três resenhas sobre o livro, elaboradas por Lewis A. Coser (então na State University of New York), Gianfranco Poggi (University of Edinburgh) e Louis Schneider (University of Texas, Austin).⁴

Os três resenhistas apontam algumas omissões. Coser, por exemplo, lamenta que Hirschman tenha rejeitado de “forma tão sumária”, na primeira parte do livro, a “interpretação comum de que a [decadência das idéias de glória e honra] pudesse ser atribuída à emergência de um novo *ethos* burguês” (Coser, 1978, p. 396). Poggi reclama que o autor não tenha recorrido à análise de uma certa literatura relacionada à tradição legal europeia, cujo desenvolvimento teria ocorrido de forma paralela ao debate exposto (Poggi, 1978, p. 398). Schneider, finalmente, sente a falta de referências a outros autores, como Karl Polanyi, de *A Grande Transformação* (Schneider, 1878, p. 402). Mas é também Schneider quem alerta que, face à *scholarship* da obra, “a procura de possíveis omissões poderia rapidamente se transformar em exercício de pedantismo” (Schneider, 1978, p. 402).

Do ponto de vista desta resenha, que se ocupa de uma reedição, ou melhor, da tradução de uma edição comemorativa, a terceira parte do livro — “Reflexões de um episódio da história intelectual” — é mais instigante. Nesta, Hirschman localiza em um debate mais amplo o argumento de Montesquieu-Steuart (de que o interesse comercial e pecuniário é socialmente desejável porque neutraliza paixões potencialmente destrutivas), especula sobre as razões de seu esquecimento, e sugere a importância contemporânea de sua compreensão.

⁴ Coser, Lewis A.: “A Superb Contribution to the History of Ideas”. *Contemporary Sociology*, vol. 7, nº 4 (jul. 1978), pp. 395-7; Poggi, Gianfranco: “Economy and Polity: A Chastened Reflection of Past Hopes”. *Contemporary Sociology*, vol. 7, nº 4 (jul. 1978), pp. 397-9; Schneider, Louis: “On Human Nature, Economy, and Society”. *Contemporary Sociology*, vol. 7, nº 4 (jul. 1978), pp. 400-2.

Razões para o esquecimento do argumento de Montesquieu-Steuart não são difíceis de serem encontradas. Basta contrapor as idéias otimistas sobre os efeitos da expansão do comércio — o *doux commerce* — com o que sobreveio à Revolução Francesa, às Guerras Napoleônicas e, mais contemporaneamente, ao breve século XX e ao início de um século XXI cheio de som e fúria, em que paixões e interesses se confundem e se misturam, e ninguém mais sabe qual é um, qual é outro.

Finalmente, em uma perspectiva mais ampla, e também mais ambiciosa, Hirschman compara o argumento de Montesquieu-Steuart aos de Weber e Marx. Com relação ao primeiro, Hirschman mostra que, se para o autor de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, “o comportamento e as atividades capitalistas [seriam] o resultado indireto (e originalmente involuntário) de uma desesperada *busca pela salvação individual*”, para Montesquieu-Steuart, *complementarmente*, “a difusão das formas capitalistas [dever-se-ia] muito a uma busca igualmente desesperada por uma maneira de *evitar a ruína da sociedade*” (p. 150, itálicos no original).

Com relação a Marx, Hirschman contrapõe o argumento de Montesquieu-Steuart a uma possível leitura da teoria da alienação, “cuja ênfase [seria] o aspecto repressivo e alienante do capitalismo, de modo que ele [inibiria] o desenvolvimento da ‘personalidade humana completa’” (Hirschman,

2002, p. 152). Portanto, do ponto de vista do argumento de Montesquieu-Steuart a favor do capitalismo antes de seu Triunfo, o que Hirschman mostra, em suma, é que, no início, “*supunha-se que o capitalismo realizasse exatamente aquilo que, em breve, seria denunciado como sendo o seu pior aspecto*” (Hirschman, 2002, p. 152, itálico no original).

Assim, se o atraso da edição brasileira impediu-nos de compartilhar a efeméride comemorativa da edição norte-americana, não deixa de ser interessante e oportuno, por outro lado, que a edição brasileira esteja chegando às livrarias em um momento em que a crítica a alegados efeitos negativos do capitalismo e do sistema de mercado esteja em tanta evidência.

Um último comentário deve ser dedicado à tradução. À parte pequenos erros flagrantes (como na página 32, linha 25, em que “contra” deve ser substituído por “a favor”) e outros cuja percepção é mais sutil (veja, por exemplo, a equivocada tradução do segundo parágrafo da página 130, entre outras), os tradutores parecem ter optado por uma versão estritamente literal do original, em contraste com a tradução mais fluída da editora Paz e Terra, de 1979; opção esta que me obrigou a recorrer, com alguma frequência, à edição em inglês do livro e à edição da Paz e Terra.

Sérgio Goldbaum

Doutorando e professor da EAESP-FGV.

Depois do Capitalismo — do Gerencialismo à Democracia no Ambiente de Trabalho: História e Perspectiva

Seymour Melman

São Paulo: Futura, 2002

Ao longo de sua carreira acadêmica e militar, que já perfaz 50 anos, Seymour Melman acumulou vasta produção e reconhecimento internacional como um dos principais expoentes vivos na luta contra a militarização da economia capitalista e pela construção de uma sociedade democrática. Ele é professor emérito de engenharia industrial da Escola de Engenharia e Ciência Aplicada da Universidade de Columbia

Pode-se dizer que *Depois do Capitalismo* apresenta a totalidade do pensamento de Melman, constituindo-se, por isso mesmo, na síntese tão esperada de suas idéias. Nela encontramos sua denúncia arguta de que a imbricação das atividades

empresarias e das atividades militares nos Estados Unidos há muito ultrapassaram a simples cooperação e que hoje o Departamento de Defesa subsume a seus propósitos todos os demais interesses, sejam eles empresariais ou não. Melman mostra, apoiando-se em inúmeros exemplos e informações, que o capitalismo de Estado, ao colocar a nação norte-americana a serviço das atividades militares, levou à pauperização crescente de parcela significativa de sua população; ao colapso das condições do ensino público; e, entre outras, à perigosa situação de a pesquisa e o ensino nas universidades norte-americanas, bem como de os cuidados com a saúde, estarem sendo mercantilizados. Denuncia,

além disso, que essa submissão provocou a desindustrialização da economia norte-americana, com a conseqüente perda de habilidades e conhecimentos, e de emprego, de modo que hoje os Estados Unidos são dependentes da importação não só de produtos como de tecnologias básicas.

Também em seu livro Melman dedica especial atenção à utilização da força de trabalho carcerária, paga de maneira simbólica pelas grandes empresas apenas para não poder ser considerada trabalho escravo, e ao deslocamento de plantas de empresas multinacionais para fora do país, motivadas pela possibilidade de remunerarem seus trabalhadores a salários irrisórios. Segundo a leitura de Melman, a conjunção desses dois fatores enfraqueceu o movimento sindical americano e alienou o trabalhador. Curiosamente, compara o papel e a motivação do nível de gerência da empresa capitalista — em todos seus graus — aos da burocracia soviética e define o sistema da ex-União soviética como de capitalismo de Estado.

Seymour Melman defende que a alternativa à essa situação — criada pelo chamado gerencialismo, economia de mercado ou capitalismo de Estado — já existe e que os exemplos compreendem desde a famosa planta Saturno da General Motors e a Cooperativa Mondragon no país basco, como experiências em kibutz e o fato de médicos e outros profissionais, que há três décadas registravam taxas de assalariamento bastante baixas, estarem se sindicalizando. Todas essas seriam, mais do que experiências, a constatação viva de que a superação do capitalismo de Estado já começou. Este é, de maneira extremamente resumida, o foco desse novo livro de Seymour Melman.

O livro é repleto de falhas. A principal delas, sem dúvida, é um problema de método. Embora Melman declare, em nota de pé de página, que “o foco de Marx sobre a dinâmica das relações sociais produziu uma estrutura metodológica que é refletida na definição e no funcionamento do capitalismo de Estado no presente trabalho” (p. 186), nele não se fazem presentes as categorias marxistas de análise. Não é por acaso, portanto, que Melman considere a gerência como o mais importante aspecto da economia capitalista, mais do que a propriedade privada dos meios de produção e o capital. Somente esse tipo de interpretação explica o fato de ele considerar Saturno como exemplo da democracia que estaria sendo gestada no interior do processo de trabalho e que seria a base sobre a qual estaria sendo construída a superação do capitalismo. Desde o início do projeto Saturno, ele

foi objeto de denúncia constante pelo movimento sindical internacional, sendo apontado como um caso exemplar do brutal aumento da intensidade do trabalho em ambiente onde as novas tecnologias e o processo de trabalho em célula, equipe ou o nome que se quiser atribuir, foram significativamente implantados. O que está ausente na análise de Melman, já que ele se reporta a Marx, é a teia de mediações que constroem o percurso do social ao político e do político ao social.

Entre outras falhas, dignas de nota, destaca-se a maneira equivocada como apresenta a relação do servo com a terra e a ligeireza como resumiu os dez anos mais cruciais da história da revolução russa, omitindo atores e fatos importantes e atribuindo, indevidamente, responsabilidades a quem já estava alijado do poder. A referência ao Brasil, concedendo aos acontecimentos de 1998 o caráter de colapso financeiro comparável ao ocorrido na Rússia e nos Tigres Asiáticos, é outro tipo de escorregadela com que o leitor irá se deparar em várias oportunidades. Além disso, muitas vezes Melman simplesmente não faz referência ao ano em que se passou o fato que está apresentando e são pouquíssimas as tabelas que contemplam fonte. Para coroar, a tradução apresenta alguns problemas, desde termos técnicos traduzidos ao pé da letra, mas que não comprometem o entendimento, como o de tempos verbais e o uso abusivo do verbo “operar”. Numa próxima edição seria recomendável que tais deslizes fossem corrigidos, bem como verificada a segunda frase do primeiro parágrafo da conclusão.

Apesar desse conjunto de falhas e/ou problemas, Seymour Melman em *Depois do Capitalismo* deve ser lido e recomendado obrigatoriamente. Os deslizes são largamente superados pela riqueza das informações e pela paixão com que o autor escreve do alto de seus 85 anos de experiência na luta pela construção de uma sociedade democrática. Dificilmente o leitor encontrará tal conjunto de informações reunidas. E, para quem quiser se aprofundar sobre os inúmeros assuntos abordados por Melman nesse livro, suas notas estão disponíveis em Rare Book and Manuscript Library. Para isso, basta acessar na internet www.columbia.edu/cu/libraries/indiv/rare/guides/melman.

Rosa Maria Marques

Professora titular da PUC-SP.

Atualmente é professora visitante na Faculté des Sciences Economiques da Université Pierre Mendes France, pela Capes.

The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics

William Easterly

Cambridge: MIT, 2001

"People respond to incentives, people respond to incentives, people respond to incentives." This dictum represents the core of William Easterly's writings in his most recent book, *The Elusive Quest for Growth: Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics*. Like *Globalization and its Discontents*, by Easterly's former colleague at the World Bank, Joseph Stiglitz, this book challenges prevailing views on the role of international financial institutions and policies toward development. The central argument of the book and why it remains "The Elusive Quest for Growth" is that international financial institutions (IFI) have promoted misguided policies that failed because of their reluctance to match aid to incentives.

The author speckles careful theoretical exposition with lively anecdotes and "intermezzos" of personal stories from the developing world to construct a carefully, woven argument. Detailing the long list of foreign aid recipes that have failed: capital investment (machines, factories, roads), education, birth control, loans, and loan forgiveness, Easterly argues that these IFI prescriptions failed in their stated objective to ignite economic growth. Buttressing his slogan — people respond to incentives, the Senior Advisor at the Development Research Group in the World Bank argues that governments like people respond to inducements and the challenge is to find the right balance and weighting to incentives between donors, governments, and society's demands. Easterly then describes the factors at play in driving growth: increasing returns (Leaks, Matches, Traps), creative destruction through technology, luck, as well as drawing attention to countervailing pressures: bad government policies, corruption, and polarized social conflicts.

Following the theoretical models developed by Stanford economist Paul Romer, Easterly describes growth as being driven by direct investments in knowledge, which unlike physical capital has increasing returns. Due to this property, knowledge creation has a spillover effect to the rest of the economy that leads to a virtuous circle of higher returns and economic growth. Well educated people with access to financial resources, technology, and know-how — some of the main

ingredients for economic growth — tend to congregate with and learn from each other. Unfortunately the same virtuous cycle hold for the poor as well. The poor, who tend to be less well educated, have less access to financial resources, technology, and know-how; also tend to congregate with each other. Consequently, the opportunities for learning, investment, and growth are lower.

Given the right incentives, business people and entrepreneurs will invest in knowledge, machinery, technology and skills. By imitating technologies from industrialized nations, the author contends that poor countries can "catch up" to the technological frontier. Pointing out that electric power, a phone line, and a computer translate to a vast store of knowledge on the Internet, Easterly encourages investments directed at technology. He cites the decentralized nature of the electronics revolution can be very good for developing as well as underdeveloped countries. Even though it is hard to deny the advantages of the information technology one should also remember that the marvelous improvements of the telegraph and later the telephone did not accomplished the promises of their commercial pioneers.

In addition, Easterly points out that because increasing returns drives development, even economies with successful development trajectories can precipitously collapse due to negative expectations. This insight however is not fully developed. If negative perceptions are determinants, then the inverse is also true. However, Easterly has little to say as to how positive expectations can be created and fomented so as to spur growth. Even in the cases of East Asia's countries where the political power due to the economic concentration was dismantled (and at the beginning with a lot of foreign aid and strong emphasis in education) like in Japan, South Korea and Taiwan the quest for economic growth was not elusive and has been seen by the World Bank and others as a "miracle". These countries, each with their own development trajectory, had the leadership of government, well designed industrial policies and outward oriented development model as the common main incentives to growth.

The overall book is a compelling, authoritative description of the economists' past failures to

deal with the economic growth in the Third World or the Tropics as denoted in the title. Beginning in the 1980s, the World Bank, IMF, and others launched a large number of “structural adjustments” programs designed to support countries’ adoption of policies that let them to “unexpected?” financial crisis. These universally imposing rules and formal mathematical models underlying the macroeconomic analyses are built on two plausible but wrong assumptions correctly pointed out by Easterly. Neither theories (which Easterly attributes to concepts developed either by colleagues at the World Bank or in American Academia) nor the resulting policy prescriptions have succeeded in igniting and sustaining economic growth and development.

The first of these is that investment drives growth. Unfortunately, the record shows that investment only drives growth in those few cases where it is made in conjunction with appropriate technology, know-how, and a sound overall economic policy environment. The second wrong assumption is that aid increases investment. Extensive analysis indicates that most governments simply consume rather than invest the aid they receive. The striking thing about these two faulty pillars of the development paradigm is that even the best aid organizations continue to use a framework that they know is wrong.

The Elusive Quest for Growth demonstrates that neither aid nor investment nor debt forgiveness has proven to be the answer to developing countries that have bad governments. William Easterly points out that Third World governments have often chosen destructive policies because they act in the interest of a particular class or ethnic group and not in the interest of the nation. Following this logic, Easterly argues that Third World countries borrowed heavily because they were willing to mortgage the welfare of future generations to finance their generation’s (mainly the government clientele’s) standard of living. In addition to incurring high debt, he charges that irresponsible governments sold off the national assets (oil, copper, iron, diamonds, forests and state companies) in order to live well while their people remained mired in poverty.

To have a bright future poor countries must be democratic with institutions that protect the rights and interests of minority groups, private property and individual economic freedom. Easterly envisions a Third World in which governments provide a national infrastructure — health clinics, primary schools, and well maintained roads — and assistance to the poor. Things like high inflation, black markets, corruption, high interest rates, high

budget deficits, restrictions on free trade, and poor public services create poor incentives for growth. He proposes that a just rule of law, democracy, independent central banks and other good quality institutions are needed to stop the endless cycle of bad policies that perpetuate poor growth. The World Bank, the International Monetary Fund and other donors should only support aid to governments that can present credible intentions to build a national infrastructure, and to target aid where it will help the poor the most.

Easterly also takes a look at education in chapter four: “Educated for What?” and at population in chapter five: “Cash for Condoms?” as driven forces of growth and development. Many people argued that investment in basic education is the key to stimulating growth, and this has led to massive investments and high hopes. Unfortunately, in retrospect the evidence shows little correlation between education investment and growth. The same holds true with population control, where the link between population dynamics and growth has proven to be far more complex than originally expected.

While the author is correct that Third World governments have not necessarily acted in the best interests of the entirety of their current and future generations, Easterly neglects to account for the incentives that drive international financial institutions in continuing aid and development projects. Easterly, for example, does not consider what incentives motivate international financial institutions, which in great part are governed by developed nations, in choosing to emphasize particular programs and recipes. In the case of recent privatizations, developed countries effectively lobbies IFI’s on behalf of their own interests (and that of private investors) to pressure the selling off of Third World assets so they could be acquired by the First World’s more “responsible” investors and managers.

To some the book will appear too simplistic because the author is still rather hung up on the singularity of growth as the panacea for alleviating poverty. While growth is a necessary condition for alleviating poverty it is not a sufficient condition. Easterly directs his recommendations at three key players: governments, international development agencies and individuals. However he does not consider firms, corporations as well as the political and the institutional system as key players. He has little to say about: what the World Bank has done? Is the World Bank a necessary institution?

After reading *The Elusive Quest for Growth* the main question that arises is why well-trained international economists, like Easterly or the Nobel

Prize Joseph Stiglitz or others, were not able to recognize the failure of former economic models in advance? If economists were not able to recognize simple things pointed out by Easterly in the past, should we believe that the author' "new incentive-based views of growth" might work? Should we believe that nowadays "we are in a better position than our predecessors for doing this for two

reasons: we now have four decades of experience to draw on to see what worked and what didn't, and the economics profession has made some progress in developing analytical tools that give insights into growth" ? (p. 144).

Gilmar Masiero

Professor at the State University of Maringá.

The Recent Wave of European Banks in Brazil: Determinants and Impacts

Luiz Fernando Rodrigues de Paula

Oxford/São Paulo, University of Oxford/Banco Santos, 2002

Chega às livrarias um livro importante sobre uma das maiores transformações recentes na economia brasileira. Resultado da pesquisa de pós-doutoramento realizada pelo autor em 2000/2001 e publicado em co-edição pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford e pelo Banco Santos (patrocinador da pesquisa), o livro de Luiz Fernando Rodrigues de Paula — publicado em edições em inglês e português e com prefácio de Luciano Coutinho — dedica-se ao estudo da onda dos bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro, iniciada no ano de 1995. Seu mérito é jogar luz sobre um processo cujo significado ainda não foi completamente compreendido, mas sobre o qual se sabe que terá implicações não desprezíveis sobre toda a economia. Trata-se aqui de uma mudança na configuração do sistema de financiamento brasileiro, sistema que esteve no centro das explicações da evolução da economia brasileira nos últimos 50 anos e que continuará a condicionar os caminhos do desenvolvimento econômico nacional.

O texto tem por objetivo analisar os principais determinantes da recente entrada de bancos europeus no Brasil e os seus impactos sobre o mercado bancário varejista. A motivação do trabalho é mais do que o crescimento significativo da participação dos bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro na década de 90, quando os bancos estrangeiros triplicaram sua fatia. O autor sublinha uma singularidade desse processo, que é a entrada agressiva de estrangeiros no varejo bancário, um segmento tradicionalmente reservado aos nacionais e historicamente de pouco interesse dos estrangeiros. Para dar conta desse movimento, o trabalho parte da hipótese de que a recente onda de bancos europeus no Brasil só pode ser entendida se for analisada no contexto do processo de reestruturação bancária que vem ocorrendo na

União Européia, que tem estimulado alguns grupos bancários a se expandir para o exterior em face do (potencial) aumento da concorrência no espaço europeu.

Essa hipótese orienta a organização do livro, que está dividido em quatro partes e onze capítulos. A Parte I examina o processo recente de consolidação na indústria bancária nos países da OCDE, com ênfase na consolidação bancária européia, enquanto a Parte II analisa, com base na literatura existente, as estratégias de expansão dos bancos multinacionais. A Parte III enfoca os determinantes das estratégias de expansão dos bancos europeus no Brasil. Por fim, a Parte IV analisa a reação dos bancos privados nacionais, em particular do Bradesco, Itaú e Unibanco.

O Capítulo 1 examina as recentes mudanças na indústria bancária nos países da OCDE e mostra que está em operação, em grande medida como um fenômeno mundial, um processo de reestruturação na indústria bancária, como resultado da desregulamentação financeira e das mudanças tecnológicas. Com base em farta evidência empírica, o autor mostra algumas tendências em curso nos países da OCDE: (i) um declínio no número de instituições bancárias, ao mesmo tempo em que o tamanho médio dessas instituições tem crescido, levando a um aumento na concentração bancária na maioria dos países; (ii) um aperto generalizado nas margens líquidas de juros dos bancos, como resultado da maior competição no setor bancário a partir da desregulamentação. Como resultado, os bancos têm procurado aumentar suas receitas não financeiras como fonte de receitas, diversificando a gama de serviços que passaram a oferecer. Nesse contexto, a presente onda de fusões e incorporações (F&As) bancárias no mundo resulta, em parte, da tendência de aumento na escala mí-

nima necessária para um banco universal manter-se competitivo.

O processo de consolidação no setor bancário europeu no contexto da União Européia é examinado no Capítulo 2. Partindo do fato de que as F&As bancárias têm ocorrido principalmente dentro da fronteira de cada país, o capítulo mostra que existem alguns impedimentos para fusões e incorporações bancárias na União Européia (UE), e incentivo para tal atividade fora da região. Um desses incentivos é o fato de que o domínio geográfico da política monetária não coincide com aquele correspondente à supervisão prudencial na zona do euro. Portanto, a despeito da uniformidade que deveria ser criada depois da Lei do Mercado Único e várias outras regulamentações, a ausência de uma agência regulatória única na zona do euro tem limitado os possíveis benefícios que os bancos teriam para expandir suas atividades dentro das fronteiras da região.

O Capítulo 3, por sua vez, analisa se existe na literatura recente alguma evidência de que os bancos obtêm economias de escala e de escopo quando eles expandem suas atividade, principalmente por meio de fusões e incorporações. Nesse sentido, ele mostra que, embora não haja clara evidência de que essas economias tenham sido alcançadas pelos bancos, o saldo final de custos e benefícios das fusões e incorporações parece favorecer o banco universal, embora os resultados finais não sejam inequívocos. De fato, fusões e incorporações podem ser desejáveis para os bancos se eles esperam aumentar seus lucros independentemente dos efeitos que elas possam ter sobre sua eficiência operacional.

Já o Capítulo 4 analisa a *rationale* da estratégia de expansão do banco multinacional, com ênfase na fase de expansão recente que se iniciou nos anos 90, conduzida por bancos europeus com investimentos principalmente em países emergentes. Examinando a literatura existente, o autor mostra que a recente onda de internacionalização bancária é caracterizada não somente por instituições financeiras seguindo relações preexistentes — servindo, sobretudo, a clientes oriundos do país onde o banco está sediado — mas também, e crescentemente, por uma maior integração com o mercado local. Assim, embora historicamente o padrão de participação acionária do banco multinacional tenha seguido a integração econômica entre países, hoje o atual padrão de expansão depende de um conjunto maior de fatores, incluindo a necessidade de diversificação de riscos.

Na Parte III e IV do livro, Luiz Fernando de Paula examina os determinantes da expansão dos bancos europeus no Brasil e a reação dos bancos

nacionais privados. Nesse sentido, o Capítulo 5 mostra que a recente onda de bancos europeus para América Latina e Brasil é determinada por um conjunto de diferentes fatores, que inclui o processo de reestruturação do setor bancário no contexto da UE, a dinâmica de internacionalização dos bancos espanhóis, uma vez que eles têm sido os principais atores na recente onda de bancos estrangeiros na América Latina, o processo de desregulamentação de mercado ocorrido na região desde o início dos anos 90, no contexto das reformas político-econômicas, as melhores perspectivas da região para maiores retornos para instituições financeiras comparado com os países desenvolvidos, assim como os potenciais ganhos de eficiência que podem ser obtidos. No caso do Brasil, a crise bancária de 1995 teria sido um marco nesse processo, pois “abriu uma janela de oportunidade para os bancos estrangeiros colocarem um pé no país” (p. 71). Um quadro panorâmico da recente penetração de bancos europeus no Brasil é feito no Capítulo 6, no qual o autor mostra que embora os bancos estrangeiros tenham comandado inicialmente as F&As no Brasil, os três grandes privados nacionais — Bradesco, Itaú e Unibanco — têm reagido à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente deste processo. Conseqüentemente, embora os bancos estrangeiros tenham agora uma importante presença no mercado brasileiro, os bancos brasileiros ainda dominam o setor bancário. Em seguida, o Capítulo 7 analisa as estratégias de expansão dos maiores bancos na América Latina: BSCH, BBVA, HSBC e ABN Amro. Uma das características comuns desses bancos é que eles aumentaram recentemente seu *market share* nos seus mercados domésticos via F&As, alcançando uma posição de liderança nesses mercados. A expansão para o exterior não é somente uma fonte de diversificação de receitas para esses bancos, mas também uma forma de eles fortalecerem sua posição no mercado bancário europeu no contexto das pressões resultantes da união econômica e monetária.

Nos três capítulos seguintes, o autor analisa a reação dos três maiores bancos privados nacionais — Bradesco, Itaú e Unibanco — à recente entrada de bancos estrangeiros no mercado bancário brasileiro. De acordo com a literatura internacional, os dois principais impactos são: (i) os bancos estrangeiros são menos eficientes do que os bancos domésticos nos países desenvolvidos, mas são mais eficientes do que os bancos domésticos nas economias emergentes; (ii) a entrada de bancos estrangeiros pode tornar os mercados domésticos mais competitivos e, assim, forçar os bancos domésticos a operar de forma mais eficiente e, ao

mesmo tempo, a expandir suas atividades. Neste particular, o autor mostra que a entrada de bancos estrangeiros tem afetado o mercado bancário nacional forçando os bancos domésticos a operar de forma mais eficiente e também a expandir suas atividades, organicamente ou por fusões e incorporações. O livro mostra, contudo, que não existe nenhuma evidência de que os bancos estrangeiros sejam mais eficientes do que os bancos brasileiros, mas existe larga evidência de que os grandes bancos privados nacionais têm reagido positivamente à entrada de bancos estrangeiros, aumentando sua eficiência e participando ativamente das F&As bancárias no país.

As conclusões desses três últimos capítulos remetem a uma questão deixada em aberto pelo autor, que trata da relação entre a conjuntura macroeconômica e a estrutura do setor financeiro no Brasil. Como se sabe, quando da entrada dos estrangeiros, o Ministério da Fazenda esperava que a competição com os bancos estrangeiros tornasse todo o sistema bancário mais eficiente, capaz de

fornecer serviços financeiros e linhas de financiamento em volumes e condições compatíveis com o desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo fortemente para mudanças nas condições macroeconômicas e para a integração do Brasil na globalização. Mas, se a experiência tem algo a nos dizer, a instabilidade macroeconômica é que parecer se imposto e obrigado os estrangeiros a agir como os bancos brasileiros.

As considerações a essa provocação ficam por conta dos leitores. A certeza é de que é inquestionável a contribuição do livro, que o torna leitura obrigatória não só para os estudiosos do setor, mas para todos aqueles que compartilham do sentimento de que os caminhos do desenvolvimento econômico passam pelo fortalecimento do sistema de financiamento no Brasil.

Antonio José Alves Júnior

Professor adjunto do Departamento
de Ciências Econômicas da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)